Tribuna
UM JORNAL COM A CARA DE RIBEIRÃO

PUBLICAÇÕES LEGAIS

SEXTA - FEIRA, 13 DE MARÇO DE 2026 – ANO XXVIII – EDIÇÃO 7448 | tribunaribeirao.com.br

AGROPECUÁRIA RIO DAS ANTAS S.A.

CNPJ 04.364.519/0001-00

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - EM MILHARES DE REAIS

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro

Ativo	Notas	2025	2024
Ativo Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5	275	258
Partes relacionadas	6	181	181
Outras contas a receber		51	51
Total do ativo circulante		**507**	**490**
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	8 (a)	285	285
Total do ativo		**792**	**775**

Passivo	Notas	2025	2024
Passivo circulante			
Impostos a recolher		2	1
Partes relacionadas	6	1.042	1.005
Total do passivo circulante		**1.044**	**1.006**
Passivo a descoberto			
Capital social	7	652	652
Reserva legal	7	130	130
Lucros (prejuízos) acumulados	7	(1.034)	(1.013)
Total do passivo a descoberto		**(252)**	**(231)**
Total do passivo e passivo a descoberto		**792**	**775**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Notas	Capital social	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2024		**652**	**130**	**(974)**	**(192)**
Prejuízo do exercício				(39)	(39)
Em 31 de dezembro de 2024	**7**	**652**	**130**	**(1.013)**	**(231)**
Prejuízo do exercício				(21)	(21)
Em 31 de dezembro de 2025	**7**	**652**	**130**	**(1.034)**	**(252)**

Demonstrações de Resultados em 31 de dezembro

Despesas operacionais	Notas	2025	2024
Gerais e administrativas	11	(36)	(36)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		**(36)**	**(36)**
Receita financeira		22	
Despesa financeira		(2)	(1)
Resultado financeiro, líquido	9	20	(1)
Prejuízo antes do IR e da CS		**(16)**	**(37)**
IR e CS	10	(5)	(2)
Prejuízo do exercício		**(21)**	**(39)**
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações		(0,74)	(1,38)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2025	2024
Prejuízo do exercício	**(21)**	**(39)**
Variações - Ativo e passivo		
Tributos a recolher	1	(3)
Fluxo de caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais	1	(3)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	37	41
Fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamento	37	41
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	17	(1)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercíco	258	259
No fim do exercício	275	258
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	17	(1)

Notas explicativas

1. Contexto operacional A empresa, com sede em Ribeirão Preto/SP, foi constituída em 2/08/1982. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 23/04/2014 os acionistas deliberaram alterar o objeto social da empresa para incluir a atividade de locação, arrendamento e exploração a qualquer título de imóveis e gestão e administração de propriedade imobiliária. **2. Resumo das políticas contábeis materiais** As políticas contábeis que impactam aspectos gerais das demonstrações contábeis da Empresa estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As políticas contábeis materiais adotadas pela Empresa estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas. Os ativos e passivos financeiros estão ajustados para refletir a mensuração ao valor justo. **2.1. Reforma Tributária no Brasil** Reforma tributária Em 20/12/2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC. A empresa está em processo de avaliação de potenciais impactos da citada reforma tributária. **2.2. Apresentação das demonstrações contábeis** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa no 2.3. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela administração em 13/03/2026. A administração, responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis refere-se aos diretores administradores eleitos e designados no contrato social. **2.3. Apuração do resultado 2.3.1. Reconhecimento de receita de vendas** A receita proveniente das vendas de produtos é reconhecida quando a Sociedade transfere os riscos e benefícios da propriedade para o comprador e é provável que a Sociedade receba o pagamento anteriormente acordado. A transferência dos riscos e benefícios da propriedade ocorre quando da transferência dos produtos com a emissão da respectiva nota fiscal de venda levando-se em consideração os termos de venda. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos. **2.3.2. Reconhecimento de receita e despesa financeira** A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. **2.4. Estimativas contábeis** A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, quando aplicáveis, o valor residual do ativo imobilizado, perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, perda estimada para estoque e as provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas pelo menos ao final do período de apresentação das demonstrações contábeis ao final de cada exercício. A seguir estão apresentados os assuntos objeto de estimativa pela Sociedade: • Perda por redução ao valor recuperável de tributos; • Valor justo de instrumentos financeiros; • Perdas com créditos de liquidação duvidosa; • Provisões (processos judiciais, fiscais, trabalhistas e cíveis). **2.5. Instrumentos financeiros** Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo, pelo resultado de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Com relação às aplicações financeiras e instrumentos classificados como caixa e equivalentes de caixa, posteriormente ao reconhecimento inicial, esses instrumentos financeiros não derivativos são mensurados de acordo com sua respectiva classificação conforme segue: **2.5.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado** Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Sociedade gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Sociedade. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo pelo resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. Os instrumentos da Sociedade registrados nesta categoria estão descritos na Nota Explicativa no 3. **2.5.2. Empréstimos e recebíveis** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **2.5.3. Passivos financeiros** Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A Sociedade baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Sociedade são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. **2.6. Ativo circulante e não circulante 2.6.1 Caixa e equivalentes de caixa** Compreendem numerários em espécie e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **2.6.2 Aplicações financeiras** Compreendem praticamente aplicações nas modalidades de Certificado de Depósitos Bancários e Cotas em Fundos de Investimentos. Estas aplicações podem ser prontamente resgatadas e possuem um risco insignificante de mudança de valor. **2.7. Passivos circulantes e não circulantes 2.7.1. Contas a pagar** As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado com uso do método de taxa de juros efetiva. **2.7.2. Tributação** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, se houver. Nesse caso o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. **2.7.3. Impostos correntes** O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro presumido trimestral. **2.8. Patrimônio líquido 2.8.1. Reserva de lucros** Ao final do exercício, o saldo de lucros (prejuízos) acumulado é transferido para (absorvido pela) reserva de lucros. **2.8.2. Distribuição de dividendos** Os dividendos são distribuídos conforme determinado pela administração com base na existência de lucros acumulados no patrimônio líquido conforme prevê o contrato social. **2.9. Outros ativos, passivos, receitas e despesas** Os demais ativos, passivos, despesas e receitas são reconhecidos pelo regime contábil de competência. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes não necessariamente serão iguais aos resultados reais. Em 31/12/2023, a administração não identificou estimativas e premissas que apresentem um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante os valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. **4. Instrumentos financeiros por categoria** Com base no CPC 48 – Instrumentos financeiros, a administração avaliou quais os modelos de negócios se aplicavam aos instrumentos financeiros mantidos pela Empresa e os classificou nas devidas categorias da nova norma. Não houve transferência entre os níveis durante o exercício. A Empresa avalia no final de cada encerramento de exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros estão registrados por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). **5. Caixa e equivalentes de caixa**

	2025	2024
Aplicações financeiras	275	258
Total de equivalentes de caixa	**275**	**258**

O saldo de "Equivalente de caixa" corresponde a aplicações financeiras em Fundos de Investimentos de liquidez imediata. **6. Partes relacionadas**

Passivo	2025	2024
Circulante		
Sociedade Agrícola Orindiúva I Ltda.	1.040	1.003
Empréstimo concedidos por acionistas Passivo Circulante	2	2
Total	**1.042**	**1.005**
Empréstimo concedidos a acionistas Ativo circulante	181	181

Sobre os empréstimos obtidos junto aos acionistas e a sociedade ligada não são imputados encargos financeiros e não há prazos previstos para suas liquidações. **7. Patrimônio líquido** (a) Capital social O capital social está dividido em 28.283.946 ações, sendo 25.404.194 de ações ordinárias e 2.879.752 de ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal. (b) Apropriações do lucro líquido e reservas (i) Reserva legal - 5% do lucro líquido, destinada a aumento do capital e compensação de prejuízos ou, ainda, destinações determinadas pela assembleia dos acionistas. Essa reserva será constituída até o limite de 20% do capital social. (ii) O dividendo obrigatório será de 25% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202, inciso I, da Lei n° 6.404/76 **8. Provisões para contingências** a) A Empresa é parte envolvida em processos: (i) cíveis, (ii) ressarcimento de tributos e (iii) questionamento de autos de infração, todos em andamento, os quais estão sendo discutidos e na esfera judicial. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração amparada pela opinião de seus consultores legais externos. Nenhuma provisão para essas perdas foi consignada nas demonstrações financeiras dessa data. O processo relativo ao questionamento de auto de infração está garantido por depósito judicial. b) Em 2022, a administração da empresa decidir encerrar o questionamento e liquidar um processo judicial, relativo ao questionamento do pagamento de multa imposta por órgãos ambientais em 2055, em função de incêndio ocorrido no imóvel rural da qual a empresa era proprietária. A despesa com o encerramento do processo foi reconhecida no resultado do exercício de 2022 (Nota Explicativa nº 9). **9. Resultado financeiro, líquido** O resultado financeiro é decorrente, substancialmente, dos rendimentos das aplicações financeiras. **10. Imposto de renda e contribuição social** Conforme facultado pela lei nº 9.430/96, a empresa optou por apurar o imposto de renda e a contribuição social incidentes sobre o lucro pelo regime de "Lucro Presumido", de acordo com a sistemática de cálculo estabelecida pelas leis nº 8.981 e n º 9.249/95. **11. Despesas gerais e administrativas**

Serviços contábeis,	2025	2024
administrativos e jurídico	36	36

Diretoria

Eduardo Junqueira Santos Pereira - Diretor

José Eduardo Diniz Junqueira - Diretor

Contador

Edson Vitor Leão - CRC 1SP172162/O-0

Assinado digitalmente por:
FRANCISCO JORGE ROSA FILHO
CPF: 056.898.198-75
Data: 13/03/2026 06:26:51 -03:00

MANIFESTO DE ASSINATURAS

Código de validação: PYHH4-UKBA2-C6HT6-PEL8C

Tipo de assinatura: Avançada

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- FRANCISCO JORGE ROSA FILHO (CPF 056.898.198-75) - EMPRESA JORNALISTICA E EDITORA BARAO DO BANANAL L (CNPJ 71.661.599/0001-52) em 13/03/2026 06:26 - Assinado com certificado digital ICP-Brasil

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

https://assinefacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validate/PYHH4-UKBA2-C6HT6-PEL8C

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

https://assinefacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validate